

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RASTROS DA SAÚDE INDÍGENA NOS RELATÓRIOS DAS
INSPETORIAS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO
AMAZONAS (1910-1932)

Bolsista: Lara Vieira Bentolila de Aguiar, FAPEAM

MANAUS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0102/2011

RASTROS DA SAÚDE INDÍGENA NOS RELATÓRIOS DAS
INSPETORIAS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO
AMAZONAS (1910-1932)

Bolsista: Lara Vieira Bentolila de Aguiar, FAPEAM

Orientador: Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa

MANAUS

2012

RESUMO

O presente relatório PIB-H-0102/2011 *Rastros da saúde indígena nos relatórios das inspetorias do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas (1910-1932)* traça um breve histórico da política indigenista no Brasil do período colonial ao republicano momento em que se dá a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Na pesquisa procuramos analisar as diversas faces da política indigenista, sobretudo a republicana. Com o objetivo de levantar indícios sobre as condições de saúde dos indígenas no Amazonas percebeu-se, a partir da leitura da documentação, os Relatórios da Inspeção Regional do Amazonas e território do Acre (IR1) que as doenças que acometiam os indígenas se tornaram um empecilho à atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), visto que às vezes atrapalhavam os projetos a serem empreendidos pelos postos indígenas e demais estabelecimentos pertencentes ao órgão. Ao adoecerem os indígenas não podiam trabalhar atrapalhando o cultivo e outras atividades por eles desenvolvidas nos diversos postos, aldeamentos e fazendas pertencentes ao SPI. Os agentes do SPI ao perceberem que as doenças acometiam os indígenas de modo recorrente e que na maioria das vezes tinha como veículo o contato com os brancos tornando-se um problema para a atuação da instituição encarregaram-se do problema, prestando socorro aos indígenas de sua jurisdição..

Palavras-chave: Política indigenista, Amazonas, saúde, postos indígenas,

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
3. DESENVOLVIMENTO.....	11
3.1 Uma breve trajetória da instalação do SPI no Amazonas: gestão de Alípio Bandeira.....	11
3.2 A IR1 sob a gestão de Bento de Lemos.....	13
3.3 As doenças e o SPI.....	16
3.4 Informações a cerca das condições de saúde indígena expressas nos relatórios da IR1 (Inspetoria Regional do Amazonas e território do Acre).....	18
4. CONCLUSÕES.....	23
5. REFERÊNCIAS.....	25
6. ANEXOS.....	26
7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	29

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho compõe uma rede de estudo sobre as condições de saúde indígena expressas nos relatórios da IR1 (Inspetoria Regional do Estado Amazonas e território do Acre). Pretende-se aqui explicitar as políticas de saúde do SPI na região amazônica, em especial no Amazonas no período de 1910 a 1932. Foram utilizados os relatórios da IR1 apenas dos seguintes anos: 1924, 1927, 1928, 1929, 1930 e 1931; pois não foram encontrados os relatórios dos anos anteriores aos citados acima.

Procurou-se através de um diálogo entre a História e a Antropologia dar conta dos objetivos, que são: “Prospectar as informações acerca das condições de saúde indígena expressa nos relatórios das inspetorias do Serviço de Proteção ao Índio no Amazonas; Explicitar, quando constatado que os indígenas estavam acometidos de alguma doença, como as inspetorias através de seus funcionários tratavam do problema”. Foram fundamentais ao trabalho as obras dos antropólogos Carlos Augusto da Rocha Freire, Antônio Carlos de Souza Lima e José Mauro Gagliardi. Em especial a obra “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais 1910-1932” de Carlos Augusto da Rocha Freire. “A saúde, a doença e as relações que se deram a partir delas durante a gestão do SPI só são inteligíveis a partir deste diálogo entre a história e a antropologia/etnologia.”¹.

O SPI, inicialmente SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais) tinha como objetivo a “civilização” de grupos indígenas e sua inserção à nação através do trabalho, “O destino final da população indígena seria, pois,

¹ OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Cada qual tem um pouco de Médico e louco: políticas de saúde e mediações culturais entre o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas.” Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011. pp. 18

o mercado de trabalho rural, sob a rubrica de trabalhador nacional.”² Os funcionários do SPI eram encarregados prover aos índios educação, alimentos, moradia, saúde, entre outros. O SPI contava com vários tipos de estabelecimentos, como por exemplo: Os postos indígenas de Atração, Pacificação, aldeamentos, fazendas, etc.

Durante a sua trajetória o SPI enfrentou diversos problemas que comprometeram em parte a sua atuação junto às populações indígenas. Dentre os principais problemas enfrentados pelo órgão estavam: A falta de acesso a terra, os cortes orçamentários, e claro, as doenças que freqüentemente surgiam entre os indígenas. Segundo Carlos Augusto da Rocha Freire: “[...] O quadro sanitário onde grassava o paludismo e a falta de recursos orçamentários formavam um quadro que paralisava as iniciativas da inspetoria”³. A saúde das populações indígenas sem dúvida foi uma questão importante pra o SPI, não apenas na região amazônica, mas em todas as localidades em que atuava. Como afirma Priscila Enrique de Oliveira: “As doenças dos indígenas foram um entrave para que o SPI desenvolvesse seus projetos civilizadores e principalmente dificultaram a inserção dos índios no mundo do trabalho”⁴

As figuras centrais do SPI na Amazonas foram o Tenente Alípio Bandeira, primeiro inspetor da IR1 – chefiou a Inspeção do Amazonas até 1912 -, e Bento Martins Pereira de Lemos, que começou a trabalhar no SPILT em 1911, sendo nomeado chefe da Inspeção do Amazonas no ano de 1916, permanecendo no cargo até 1932.

² LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Um grande cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

³ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais 1910-1932”. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007. pp 17

⁴ OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Cada qual tem um pouco de Médico e louco: políticas de saúde e mediações culturais entre o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas.” Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011. pp. 5

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar início ao processo de compreensão e domínio do assunto foi necessário estabelecer um panorama da atuação do SPI na Amazônia e suas relações de poder, para que então fosse possível penetrar na questão das políticas de saúde empreendidas pela IR1. Das obras consultadas somente uma tem como tema as políticas de saúde empreendidas pelo SPI, as demais obras tratam de um plano mais geral, como a criação do SPI os contornos de sua administração, suas crises e extinção.

A Tese de Doutorado de Priscila Enrique de Oliveira traz informações relevantes a pesquisa, pois a mesma tem como eixo central o SPI e suas políticas sanitárias, mesmo apesar de grande parte de sua tese se referir a IR7 – Inspeção do Paraná e Santa Catarina. Nos três primeiros capítulos Priscila Enrique de Oliveira faz um apanhado geral das medidas que o SPI empreendeu para combater as moléstias que acometiam os indígenas das várias regiões e inspeções do serviço.

Para garantir a inserção do indígena à classe de trabalhadores nacionais era necessário que os mesmos fossem saudáveis, daí surge a preocupação do SPI com a saúde dos silvícolas.

“Contudo, para o SPI a saúde ganhava um novo significado, estar saudável significava estar transformado fisicamente, moralmente, comportamentalmente e, acima de tudo, estar apto para o trabalho. As ações do SPI, neste sentido, priorizaram, ao longo de seus primeiros vinte anos de existência, as políticas de sanitarismo, que por sua vez estavam concatenadas com as propostas da medicina que se consolidava gradativamente no Brasil durante estes anos. As idéias científicas do período pressupunham a higienização e transformação da

população brasileira a partir das modificações em seu modo de viver, habitar, vestir e pensar o mundo.”⁵

Para a autora a ineficiência das políticas levadas a cabo pelo SPI não teve como única e exclusiva consequência a falta verba, outros fatores contribuíram para tal fracasso.

“A ineficiência das políticas do SPI não foi resultante unicamente da falta de verbas, recursos, corrupção e burocratização do Serviço, mas, sobretudo, das respostas dos índios alocados no interior dos postos. As concepções indígenas acerca da saúde e da doença eram múltiplas e muito diferentes da maneira de pensá-las pelos não índios.”⁶

Como foi afirmado pela autora, as concepções dos indígenas a cerca das doenças e da saúde eram diferentes da dos civilizados, por isso, ao mesmo tempo que os indígenas aceitavam os tratamentos oferecidos pelos funcionários dos Postos Indígenas eles também não dispensavam os rituais e o tratamento com os remédios naturais aos quais estavam habituados.

Em sua tese, Priscila Enrique de Oliveira pretendeu “analisar o poder disciplinador do SPI, [...] e entendê-lo a partir do funcionamento das estratégias em determinados processos de sujeição, ou seja, [...] compreender como este mecanismo circulou continuamente e produziu efeitos reais: condicionou comportamentos, produziu gestos, sujeitou corpos e direcionou ações.”⁷

Outra obra que, embora não tenha como eixo central a questão da saúde indígena, trás informações sobre o tema em um de seus capítulos é o livro “A Presença Indígena na Formação do Brasil” de Carlos Augusto da Rocha Freire. Em seu livro o autor nos

⁵ OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Cada qual tem um pouco de Médico e louco: políticas de saúde e mediações culturais entre o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas.” Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011. pp. 18

⁶ Ibid, pp. 19.

⁷ bid, pp. 19.

informa rapidamente as condições de saúde dos indígenas nas primeiras décadas do século XX.

“A conquista dos povos indígenas do Brasil na época colonial contou com um recurso pouco empregado por povos conquistadores: a disseminação de doenças e a ocorrência de epidemias para as quais os povos em guerra ou dominados tinham baixa imunidade. Com efeito, o contágio de varíola, gripes, tuberculose, pneumonia, coqueluche, sarampo e outras viroses levaram à dizimação de inúmeros povos indígenas. Nas primeiras décadas do séc. XX esta realidade não foi alterada: nos grupos recém contactados pelo SPI, aldeias inteiras foram destruídas por doenças pulmonares. Ao causar mortalidade, o pós-contato iniciava o desequilíbrio das condições de sobrevivência de um povo, que já enfrentava doenças endêmicas, como verminoses e malárias: havia desnutrição, dificuldade de produção de alimentos, pioravam os cuidados sanitários. O SPI não conseguia controlar, estabilizar e melhorar a condição sanitária de povos indígenas que enfrentavam surtos epidêmicos.”⁸

Outra obra do referido autor também foi de grande importância para a pesquisa – “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais” - pois ela situa a atuação do SPI na Amazônia, oferecendo um panorama da história da IR1 desde sua fundação até sua extinção. Não menos importante pra situar a atuação do SPI no Amazonas é a dissertação de Joaquim Rodrigues de Melo – “A Política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932.”

As obras de Antonio Carlos de Souza Lima utilizadas foram as seguintes: “O governo dos índios sob a gestão do SPI” e “Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil”. No livro “Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil” o autor estuda entre outras questões os diferentes mecanismos utilizados pelo SPI para o exercício do poder tutelar; as expedições, as pacificações e as atrações.

⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *O Regime Tutelar [1910–1988]*. In: “A Presença Indígena na Formação do Brasil” Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes. Vol. 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006, pp 123.

A partir das expedições eram produzidas densas anotações sobre as regiões visitadas, “[...] registram-se dados de localização e acessibilidade e, em certos casos, prepara-se a instalação de um posto”⁹. Ainda segundo o autor: “Pode-se ler a pacificação como uma estratégia montada sobre variadas técnicas semióticas. Inicia-se pela busca de sinais [...] da presença indígena para, através de sua adequada interpretação, conduzir um povo em estado de guerra, sem atos de violência aberta, a compor relações em que o conflito assuma outras formas”¹⁰. Outra tática utilizada pelo SPI e citada pelo autor é a atração.

“Atração, agremiação e concentração são termos utilizados de forma semelhante para designar táticas de: a) deslocamento dos nativos de territórios por eles habitados para a proximidade de postos estabelecidos pelo SPILTN, liberando as terras restantes; b) de indução ao abandono das práticas indígenas nos diversos planos de sua vida social, para referenciem-se às demandas externas, associando aos funcionários da administração tutelar o poder de proteção contra ataques de outros civilizados, induzindo-os pouco a pouco a trabalharem em atividades do Serviço, evitando que seu modo de vida anterior se reproduzisse independentemente do denominado posto de atração.”¹¹

O livro “O Indígena e a República” de José Mauro Gagliardi, utilizado desde o princípio da pesquisa, nos conduz a uma reflexão dos momentos históricos que levaram a criação de um órgão estatal responsável pelo atendimento à população indígena. Abordando as relações entre índios e civilizados desde os tempos da conquista até o advento da República. Mostrando ainda, a importância da instauração da República e do positivismo para a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios. Segundo o autor o objetivo do livro é:

⁹ LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Um grande cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. pp. 162.

¹⁰ Ibid, pp. 167.

¹¹ Ibid, pp. 178.

“investigar as origens da política indigenista republicana, seus fundamentos políticos e ideológicos, bem como as condições históricas que permitiram a sua institucionalização; quais os grupos sociais que participaram desse processo histórico e as ideologias que orientaram os que nele atuaram”¹²

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 UMA BREVE TRAJETÓRIA DA INSTALAÇÃO DO SPI NO AMAZONAS: A GESTÃO DE ALÍPIO BANDEIRA.

A Inspetoria Regional do Amazonas “foi instalada em Manaus (AM) a 16 de julho de 1911. Seu dirigente maior foi o Tenente Alípio Bandeira, nomeado Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas, pelo Ministro da Agricultura Indústria e Comércio, a 27 de setembro de 1910.”¹³ A IR1 surgiu em meio a vários conflitos entre os indígenas, os comerciantes colombianos e os seringalistas, que tentavam a todo custo apropriar-se da mão de obra indígena e de suas terras. Esses conflitos foram fruto da economia da borracha, que se encontrada em plena expansão na época.

“É importante salientar que a jurisdição da Inspetoria do Amazonas se dava sobre uma vasta extensão territorial, ocupando, além do atual Estado do Amazonas, o atual Estado de Roraima, parte significativa do atual Estado de Rondônia (que foi criado a partir do desmembramento de parte do Estado do Amazonas e parte do Estado de Mato Grosso), norte do Mato Grosso e oeste do Pará. Contudo, já a partir de 15 de dezembro de 1911,

¹² GAGLIARDI, José Mauro. “O Indígena e a República”. São Paulo, HUCITEC, 1989, pp. 19.

¹³ MELO, Joaquim Rodrigues de. “A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932”. pp. 76.

seu campo de jurisdição foi ampliado, incorporando o Território do Acre, até então uma Inspeção independente.”¹⁴

Alípio permaneceu no cargo de inspetor até janeiro de 1912, quando foi transferido para o Ministério da Guerra, voltando em maio do mesmo ano ao SPILT, assumindo agora o cargo de chefe interino da 1ª seção da diretoria. Como adepto do Positivismo, Bandeira tinha como objetivo “[...] a condução dos indígenas a um estágio mais avançado de civilização, incorporando-os à Nação brasileira que estava em formação.”¹⁵ Alípio Bandeira participou de várias expedições encarregando-se de fazer levantamentos geográficos e demográficos das regiões por ele visitadas. “Bandeira ainda combateu a escravização de índios no rio Japurá, mas teve que se afastar das expedições devido a um forte impudismo. Durante a sua gestão, enfrentou tanto o assassinato de índios por seringalistas quanto o interesse de missões religiosas nas terras dos índios.”¹⁶

“Além de militar, Bandeira era poeta e escritor”¹⁷. Escreveu diversos livros sobre a situação dos índios brasileiros, sendo eles: “Antiguidade e atualidade indígena” (1919); “A mistificação salesiana” (1923); “A cruz indígena” (1925) e “Jauaperi” (1926).

Alípio Bandeira permaneceu pouco tempo como inspetor da IR1, durante o período que permaneceu na Inspeção, a sua principal atividade foi a pacificação dos habitantes do Jauapery. “O próprio militar tomou para si a responsabilidade de manter contato com os povos indígenas daquela área. Isto resultou na chamada *pacificação dos*

¹⁴ Ibid, pp. 81

¹⁵ Ibid, pp. 77.

¹⁶ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais 1910-1932”. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007. pp 16.

¹⁷ Ibid, pp. 14.

*habitantes das margens do rio Jauapery, os quais ele denominou de Atrueís.”*¹⁸.
Bandeira chegou até a escrever um livro relatando as suas experiências no rio Jauapery. “Para efeito de síntese, pode-se dizer que a gestão do *inspetor* Alípio Bandeira, embora de curto espaço de tempo (julho de 1911 a janeiro de 1912), revestiu-se, segundo a ideologia que informava o SPILT, de extrema importância, à proporção que promoveu a chamada “pacificação” dos povos indígenas do rio Jauapery.”¹⁹

3.2 A IR1 SOB A GESTÃO DE BENTO DE LEMOS

Bento de Lemos, terceiro inspetor da IR1, começou sua carreira no SPI em 1911 na gestão de Alípio Bandeira como ajudante. Em 31 de março de 1916 ele seria nomeado inspetor interino da Inspetoria Regional do Amazonas, tomando posse do cargo em 18 de abril de 1916. Só em 26 de dezembro de 1917 ele seria nomeado inspetor efetivo da IR1, assumindo o posto em 23 de janeiro de 1918.

“Ao assumir a direção da IR1, Bento de Lemos encampou o projeto civilizador do SPI, dirigido para a integração dos povos indígenas ao Estado Nacional em construção. Cabia ao Estado Brasileiro, através da proteção e educação, estabelecer o processo pedagógico que tiraria os índios dos estágios inferiores da humanidade. Isto foi feito através da subordinação dos índios à tutela do Estado; da garantia de direitos estabelecidos em legislação própria e do estabelecimento de assistência sanitária e

¹⁸ MELO, Joaquim Rodrigues de. “A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932”. pp. 86.

¹⁹ Ibid, pp. 99.

econômica, após a cessação dos conflitos pré-pacificação. Essas práticas e as disputas que envolviam permeiam toda a gestão de Bento de Lemos na IRI”²⁰

A situação em que se encontrava a Inspeção Regional do Amazonas quando Lemos assumiu sua direção não era das melhores, devido ao corte orçamentário ocorrido no ano de 1914. Estavam funcionando “[...] apenas dois postos indígenas, um no rio Jauapery, afluente do rio Negro, no Município de Moura, e outro no rio Abacaxis, afluente de um Paraná do Madeira, no Município de Maués. O Posto do rio Inauhiny, fundado por ele em 1912, havia sido desativado pela Inspeção do Amazonas e Território do Acre em 1914, por falta de pessoal e recursos financeiros.”²¹

Assim como Alípio Bandeira, Bento de Lemos também levou a cabo a luta contra a escravidão e tantos outros crimes cometidos contra os indígenas na Amazônia. “Além do trabalho escravo, os índios viam suas mulheres e filhas serem reduzidas à triste condição de concubinas”²². Os indígenas sofriam constantemente com os espancamentos, estupros, assassinatos, etc. Às vezes os estupros eram cometidos pelos próprios delegados do Serviço de Proteção aos Índios.

Uma das tarefas essenciais do SPI era a pacificação, considerada pelos funcionários do SPI a maneira mais eficaz para a resolução do problema indígena. A atividade de pacificação era normatizada pelo Serviço, circulavam entre as inspeções as instruções para a realização da mesma. O posto indígena era o instrumento central da pacificação. “A principal iniciativa de Lemos para a pacificação de um povo indígena foi dirigida aos índios Paratintin.”²³. Lemos não foi capaz de dar continuidade ao

²⁰ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais 1910-1932”. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007. pp 28.

²¹ MELO, Joaquim Rodrigues de. “A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932”. pp. 137.

²² FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais 1910-1932”. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007. pp 29.

²³ Ibid, pp. 32.

projeto de pacificação dos Parintintin, então, em 1921, encarregou o antropólogo Curt Nimuendaju do serviço. “Em pouco tempo de contato, os Parintintin dos rios Maici e Ipixuna já freqüentavam as escolas dos postos indígenas aprendendo ofícios.”²⁴

Outras questões como a posse de terras e a tutela indevida dos indígenas também foram alvo da preocupação do inspetor Bento de Lemos. Durante a sua gestão Lemos lutou para garantir aos índios o direito de acesso as terras.

“A Lei 941, de 16 de outubro 1917, preconizava um prazo de 3 (três) anos para que a União demarcasse os lotes de terra indígenas por ela previstos. Sendo o prazo exíguo, dada a complexidade de tal serviço em face do número de funcionários disponíveis na Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, conseguiu-se que fosse aprovada uma lei estadual, a qual foi editada com o nº 1.053, de 24 de setembro de 1920, prorrogando por 3 (três) anos o prazo dado por aquela.”²⁵

O Inspetor lutou também contra a tutela de índios por pessoas que não estavam ligadas ao SPI, pois, freqüentemente as pessoas que possuíam a tutela de menores índios abusavam dos mesmos forçando-os a realizar trabalhos pesados.

“Diferente da tutela estabelecida por juízes, a submissão de índios, notadamente menores, às famílias localizadas em centros urbanos, principalmente em Manaus, tinha a oposição de Bento de Lemos, pois muitos índios eram maltratados e levados à loucura, sendo abandonados e passando a vagar a esmo por Manaus, até serem encontrados pelos indigenistas, que os enviam de volta aos postos indígenas de origem.”²⁶

²⁴ Ibid, pp. 34.

²⁵ MELO, Joaquim Rodrigues de. “A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932”. pp. 150.

²⁶ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais 1910-1932”. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007. pp 31.

No ano de 1932, após 16 anos como inspetor da IR1, Bento de Lemos deixou o SPI para assumir o cargo de Inspetor Regional do Trabalho no Estado da Paraíba.

“Bento de Lemos manteve a mesma postura que desempenhou ao longo de sua trajetória de 16 anos como chefe da Inspetoria do Amazonas e Território do Acre. Embora tenha sido arrolado em um inquérito que investigou as ações da Inspetoria sob seu comando, houve-se bem, defendendo-se e saindo inocentado das acusações a ele imputadas. É possível que o desempenho de Bento de Lemos, quando das formulações de sua defesa no referido inquérito, tenha contribuído para sua indicação para a chefia da recém criada Inspetoria do Trabalho no Estado da Paraíba.”²⁷

3.3 AS DOENÇAS E O SPI

Desde o início de sua atuação como órgão responsável pela civilização de indígenas o SPI enfrentou uma série de problemas, sendo um deles as doenças que atingiam os silvícolas, levando-os muitas vezes a óbito.

“A maioria das doenças já era conhecida dos índios desde a colonização, o SPI não enfrentou uma situação completamente nova para os índios neste sentido, não foram eles os primeiros agentes transmissores da doença, mas esta instituição lidou com elas a partir de outras formas, concepções e agentes. Tratou-se de uma nova experiência que trouxe, sobretudo, o processo de medicalização, saneamento e novas relações.”²⁸

²⁷ MELO, Joaquim Rodrigues de. “A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932”. pp. 202.

²⁸ OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Cada qual tem um pouco de Médico e louco: políticas de saúde e mediações culturais entre o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas.” Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011. pp. 31

Foi através da medicina, e das práticas de saneamento que o SPI procurou introduzir os indígenas no mundo do trabalho. As doenças sem dúvida eram um problema, porém, o SPI percebeu que elas poderiam converter-se em uma ferramenta útil para a realização de seu projeto civilizador, pois, quando estavam acometidos de alguma moléstia os índios procuravam os cuidados oferecidos pelos postos indígenas, estabelecendo assim, relações com os encarregados dos postos, e tornando-se cada vez mais dependentes dos mesmos. “[...] Tornar os índios dependentes da cura que os mesmos podiam oferecer era uma maneira de sedentarizá-los com maior rapidez, uma vez que muitas das doenças que acometiam as populações eram desconhecidas por elas.”²⁹

Para o Serviço as habitações inadequadas e as práticas culturais dos indígenas, totalmente alheias as dos civilizados, eram as principais causas da proliferação de doenças entre os indígenas. “Podemos observar esta preocupação no Primeiro Regimento do SPI, que afirmava obrigação do Serviço em inserir nas comunidades indígenas hábitos de higiene e curá-los das práticas anti-sociais, como falta de higiene, alcoolismo, nomadismo e outros vícios [...]”³⁰. Por essas razões os agentes do SPI insistiam para que os indígenas modificassem seus hábitos, e em especial as suas moradias, tidas como insalubres, pelo fato de acomodarem diversas famílias num mesmo ambiente e também pelos materiais de que eram feitas.

“Assim, o indígena e sua cultura eram responsabilizados pelo seu péssimo estado de saúde e o fracasso das políticas de saneamento ao longo da história do Serviço. As orientações sobre padrões ideais de habitação, construção de cisternas, fossas, latrinas e poços, os alimentos mais saudáveis e outras propostas partiam do princípio de que as habitações indígenas eram insalubres, tornavam-se focos de insetos, pulgas e outros

²⁹ Ibid, pp. 42.

³⁰ Ibid, pp. 53.

animais transmissores de doenças, de que os hábitos alimentares, rituais e cotidianos promoviam a proliferação das doenças.”³¹

O SPI foi produto de uma época em que o Estado visava conduzir a civilização ao progresso através das políticas de medicalização e saneamento, normatizando assim, as práticas sócias. “As políticas sanitárias do SPI estiveram praticamente durante todos os anos de sua existência, ligadas à transformação moral e conseqüentemente cultural dos indígenas.”³². Nessa época – séc. XX –, no Brasil, as doenças eram relacionadas à moral. Um indivíduo ser acometido de alguma moléstia significava que ele estava indo de contra a moral estabelecida pelo estado.

3.4 INFORMAÇÕES A CERCA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE INDÍGENA EXPRESSAS NOS RELATÓRIOS DA IR1 (INSPETORIA REGIONAL DO AMAZONAS E TERRITÓRIO DO ACRE)

A partir da leitura dos relatórios da IR1 foi possível perceber que as doenças se faziam presente constantemente entre os indígenas da Amazônia, comprometendo assim, as atividades realizadas nos postos indígenas. São vários os relatos de doenças nos diversos postos pertencentes as a Inspetoria Regional do Amazonas e Território do Acre. Sendo mais comuns as epidemias de gripe e o impaludismo, e entre as crianças eram comuns os casos de verminose. Por vezes essas doenças levavam a óbito dezenas de índios.

³¹ Ibid, pp. 96.

³² Ibid, pp. 34.

Apesar de os relatórios se concentrarem principalmente na descrição das expedições de pacificação levadas a cabo pela IR1 e nas informações sobre a produção agrícola dos postos, aldeamentos e fazendas, eles também informam o estado sanitário de cada um dos postos, as doenças que lá apareceram, as providências tomadas, e algumas vezes os números de óbitos.

Algumas doenças eram mais comuns em umas regiões do que em outras, e às vezes possuíam períodos certos para atacar. Um exemplo é o Purú-puru, uma doença de pele citada no relatório da IR1 referente ao ano de 1928, que acometeu os índios Parauá que viviam no seringal “Adélia”, no Juruá. Essa doença ocorre apenas na bacia do Rio Solimões e seus principais afluentes: Javari, Juruá, Purús, Ipá, Japurá e Negro.

No relatório anual da IR1 referente ao ano de 1924 foi registrada a ocorrência de gripe catarral no posto “Emanuel Amarante” e no posto indígena do Rio Jauapery.³³ Para o primeiro caso a solução posta em prática foi o envio de medicamentos pelos funcionários aos postos. Neste caso o relatório deixa claro a doença existente e o mecanismo posto em prática pelos agentes do SPI sobre como tratá-la. Ainda no mesmo relatório há a informação da ida de dois índios - Macunam (Tupi) e Benjamin (Kepi-Kiri-uate) vindos do Posto “Rodolpho Miranda” - à Manaus para tratamento de saúde. Infelizmente o relatório não informa e não fornece pistas sobre a(s) doença(s) desses indígenas e na documentação lida não encontrei informações sobre o retorno deles aos postos de origem.

A partir da leitura dos relatórios pesquisados os mesmos deixam claro que a região com as piores condições sanitárias nos anos de 1928 e 1929 era a do Rio Branco. A malária nessa região era endêmica. Pode-se notar o quão ruim se encontrava a situação do território de Rio Branco através dos seguintes trechos retirados dos

³³ Ver localização dos postos indígenas no quadro 1 da página 27

relatórios de 1928 e 1929: “No correr do ano findo o estado sanitário no alto Rio Branco e seus afluentes esteve péssimo, alarmante mesmo. Umas febres de mau caráter assaltaram os pobres índios, fazendo vítimas em grande escala.”³⁴; em outra passagem as cores da descrição mostram um estado de completo abandono da população indígena que vitimados pelas doenças chegavam a ter famílias inteiras exterminadas, vejamos: “Os índios do Rio Branco têm sido assolados freqüentemente por doenças, que quase acabaram com os aldeamentos, fazendo desaparecer famílias inteiras.”³⁵.

Para os casos alarmantes das condições de saúde a que os indígenas estavam submetidos descritos no parágrafo anterior, a solução encontrada parece ter sido infinitamente menor que a necessária. Para resolver o problema das febres, um dos sintomas da malária, citadas no relatório anual da IR1 referente ao ano de 1928 foi despachada pela Inspetoria uma pequena ambulância, e solicitado ao Dr. Linhares de Albuquerque, Diretor do Serviço de Saneamento e Profilaxia uma remessa de quinino.

Em outro relatório anual referente ao ano de 1927 são relatados os seguintes casos: No posto “Manoel Miranda”³⁶ a malária parece dar uma trégua, “Decresceu sensivelmente o surto paludico. Assim, não se registraram casos agudos de febres intermitentes com caráter epidêmico”³⁷; No Posto do Rio Surumú: O Aparecimento da gripe desolou o posto, ocasionando a morte do tuchau Ildefonso; No Posto “Antônio Paulo”: O Estado sanitário da região não era nada bom, tendo ocorrido diversos casos de gripe. O Encarregado do posto teve que medicar 50 índios da tribo Pirahan; No Posto “Capitão Portatil”: Os Índios quase sempre são atacados pela gripe, impaludismo e doenças que grassam de forma endêmica. Também foi registrada a ida do índio João

³⁴ Relatório anual da IR1, 1928

³⁵ Relatório anual da IR1, 1929

³⁶ Também conhecido como Capivara.

³⁷ Relatório anual da IR1, 1927

Baker acometido pela loucura até Manaus, onde seria internado no hospício “Eduardo Ribeiro”.

Outros casos de doenças foram registrados nos relatórios de 1928 e 1929. Em 1928: No Posto Indígena do Rio Gregório³⁸: No começo do ano apareceu entre os índios do Gregório a gripe. “O posto atendeu-os na medida do possível, recorrendo a uma pequena ambulância que dispunha.”³⁹; No Posto Indígena “Rodolpho Miranda”: Ocorrência em grande escala de tuberculose entre os índios. Morte do índio Hilário Baré, da tribo Boca-preta, ocorrida em 20 de Dezembro, vítima da tuberculose. E o índio Nantereba que encontrava-se doente foi levado até a capital para o sanatório do Rio Branco; No Posto Indígena “Manuel Miranda”: O estado sanitário do posto não foi bom no decorrer do ano, os aldeamentos foram invadidos pelo impaludismo, que atingiu os Muras. O Encarregado do posto recorreu diversas vezes a Inspetoria em busca de remédios para combater o impaludismo; Nas aldeias “São Pedro” e “Trincheiras”, subordinadas ao posto “Manuel Miranda” as febres foram impiedosas e fizeram algumas vítimas. Em especial nas seguintes áreas: Juma, Acará-miry e Murutinga. Entre as crianças houve a ocorrência de verminoses. Em Murutinga 34 crianças foram submetidas ao tratamento de verminoses; No Posto Indígena Manuacá: “O estado sanitário do posto Manuacá foi bom durante todo ano, a não ser pela ocorrência de ligeiras febres que logo foram combatidas.”⁴⁰. Em 1929: No Posto “Capitão Portátil”: “Os índios ali domiciliados gozam de perfeita saúde e prestam bons serviços ao posto.”⁴¹; No Posto Indígena do Rio Gregório: “Foram distribuídos os medicamentos pelo encarregado do posto para os indígenas que se achavam acometidos de gripe”⁴².

³⁸ Também conhecido como posto indígena do riozinho do penedo.

³⁹ Relatório anual da IR1, 1928.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Relatório anual da IR1, 1929.

⁴² Ibid.

No meio de tantas notícias alarmantes a que vem do Posto Indígena “Manoel Miranda”, localizado no Autaz-Açú, lago da Capivara, em Itacoatiara, Amazonas, é completamente diferente das do Rio Branco. Na localidade na qual se encontrava o Posto Manoel Miranda o relatório diz ser magnífico o estado sanitário, mas ao avançarmos algumas linhas podemos perceber que a situação também era de precariedade ainda que segundo o relatório o final não tenha sido trágico como no Rio Branco.

“O Estado sanitário da localidade é magnífico, tendo ocorrido durante todo o ano findo apenas um óbito.” No período de Julho a Setembro as febres atacaram os aldeamentos subordinados ao posto “Manuel Miranda”, afetando os índios de Acará-miry, Juúma e Marinheiro. O Encarregado do posto foi até a Capital para buscar medicamentos para socorrer os indígenas. “Outro flagelo que também mereceu combate sem tréguas foi a verminose, que estava acabando com as crianças dos aldeamentos. O Encarregado do posto munido dos medicamentos aconselhados visitou várias vezes os aldeamentos de sua jurisdição. Em cada um deles permaneci o tempo necessário a fazer o tratamento das crianças, que, agora, já vão aparentando saúde e vivacidade.”⁴³;

No Posto Indígena do Jauapery: O estado sanitário do Jauapery e seus afluentes foi relativamente bom, apesar da ocorrência de febres; No Posto Indígena “Rodolpho Miranda”: A insalubridade da região do Juary é comprovada, principalmente na época da baixada das águas; No Igarapé Preto (Acre) ocorreram dois ou três casos de puru-purú. O puru-purú era um mal comum no Igarapé de Belém; No Sanatório “General Rondon”: “Em certo momento em que apareceram as febres que se tornaram periódicas

⁴³ Ibid.

no Rio Branco, teve o sanatório que atender, com a modesta ambulância de que dispunha, a quantos procuraram ali os socorros da medicina.”⁴⁴

Por fim, foi analisado o relatório anual da IR1 referente aos anos de 1930-1931, e nele foram registrados os seguintes casos: No Posto de pacificação do Alto Rio Maicí: Os índios Pete e Apaím, moradores do Lago Verde foram acometidos pelo mal da curúba preta. O Encarregado do posto foi ao mencionado local, onde forneceu os remédios aconselhados; No Posto Indígena “Rodolpho Miranda”: Houve nos anos de 1918-1919 uma epidemia de gripe; No Posto Indígena “Manuacá”: “O impaludismo cujo surto foi deveras assustador, vitimou oito índios adultos, não se registrando maior número de vítimas devido às providências tomadas”⁴⁵; No Posto Indígena do Iauaretê: “Os habitantes da povoação não foram mais felizes no ano de 1930, quanto à epidemia das gripes e das febres que ali costumam aparecer anualmente.”⁴⁶.

4. CONCLUSÕES

Durante os anos de sua existência a Inspetoria Regional do Amazonas e território do Acre precisou contornar uma série de empecilhos que atrapalharam de uma forma ou de outra a sua atuação. Como foi possível notar através das informações extraídas dos relatórios anuais da IR1 dos anos de 1924, 1927, 1928, 1929, 1930 e 1931, as doenças eram constantes entre os indígenas, e seus efeitos devastadores.

Pôde-se perceber também, que existia sim, uma preocupação dessa Inspetoria com a saúde das populações indígenas sob sua jurisdição. Essa preocupação tem sua

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Relatório Anual da IR1, 1930-1931.

⁴⁶ Ibid.

confirmação em um dos estabelecimentos administrados por essa inspetoria, o sanatório “General Rondon”, responsável pelo atendimento dos indígenas da região amazônica que se achavam acometidos de alguma moléstia.

Vale ressaltar que o tratamento dos enfermos não era feito apenas no sanatório “General Rondon”, algumas vezes médicos eram contratados pela inspetoria e levados até os postos indígenas, onde tratavam dos doentes. Há também relatos de índios enfermos que viajam até a Capital para tratamentos médicos, tendo suas despesas como, alimentação e hospedagem pagas pelo Serviço. Mais do que curar as doenças, os funcionários da IR1 preocupavam-se em evitá-las, utilizando-se da higienização dos ambientes, embora nem sempre obtivessem sucesso na prevenção as doenças.

Conclui-se que, mesmo com os constantes cuidados dos funcionários da IR1 as condições de saúde não eram as melhores, isso devido a vários fatores, como por exemplo: a instalação de postos indígenas em regiões consideradas insalubres, a falta de verba para manter em melhores condições os postos, para comprar remédios e contratar pessoas qualificadas para o tratamento de índios enfermos, entre outros motivos.

Como podemos perceber a jurisdição do SPI na Inspeção Regional do Amazonas e território do Acre era gigantesca e seu corpo de funcionários diminuto possibilitando ações danosas aos indígenas como a falta de verbas e de mão-de-obra qualificada para os diversos serviços sob a responsabilidade do órgão mesmo contando com a ação de alguns funcionários abnegados a causa.

5. REFERENCIAS

FONTES:

SPI, Relatório anual da IR1, 1924

_____. 1927

_____. 1928

_____. 1929

_____. 1930-1931

Relatório dos trabalhos da Diretoria do SPI no ano de 1929

Relatório da Delegacia do Rio Branco encaminhado a Inspetoria do Amazonas e território do Acre referente ao ano de 1929

BIBLIOGRAFIA:

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha Freire. *O SPI na Amazônia: Política indigenista e conflitos regionais*. Rio de Janeiro, Museu do Índio, 2007

GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo, HUCITEC, 1989.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O governo dos Índios Sob a Gestão do SPI*. In: História dos Índios no Brasil. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

_____. *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

MELO, Joaquim Rodrigues de. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Dissertação.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *O Regime Tutelar [1910–1988]*. In: “A Presença Indígena na Formação do Brasil” Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes. Vol. 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Cada qual tem um pouco de Médico e louco: políticas de saúde e mediações culturais entre o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas.” Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011.

6. ANEXOS

1. Quadro dos Postos Indígenas da IR1 (Inspetoria Regional do Amazonas e território do Acre)

Posto Indígena	Local (geográfico)	Município	Ano de criação/ PI ativo ou extinto	Índios
MAHÁUA	Rio Jauaperi	Moura (AM)	1912-1931 (ativo)	Waimiri, Kabinari, Apurinã, Kaxináwa
PEDRO DANTAS – depois MARIENÊ	Rio Seruini	Lábrea (AM)	1919-1931 (ativo)	Apurinã
RODOLFO MIRANDA	Rio Jamari	Santo Antônio (MT)	1914-1931 (ativo)	Arikemes, Jarú, Pareci, Tupi, Kepi-kiri-uate, Pacaa Nova, Boca Preta, Karipuna, Curumbiara, Pimentera, Arara, Kaxináwa, Jauaperi
RIO ABACAXIS	Rio Abacaxis	Maués (AM)	1912-1916 (extinto)	
EMANUEL AMARANTE (PI de Pacificação)	Médio Rio Maici	Manicoré (AM)	1920-1931 (extinto)	Parintintin
MANUACÁ	Rio Tuini	Lábrea (AM)	1921-1931 (ativo)	Jamamadi
SURUMÚ	Rio Surumú com Rio Cotingo	Boa Vista do Rio Branco (AM)	1922-1931 (extinto)	Macuxi
ANTONIO PAULO	Baixo Rio Maici	Manicoré (AM)	1924-1931 (ativo)	Parintintin, Pirahã, Turá
MANUEL MIRANDA (Aldeia Capivara)	Rio Autaz-açú, Lago da Capivara	Itacoatiara (AM)	1922-1931 (ativo)	Mura
RIO ARIAHÚ	Rio Ariaú	Barreirinha (AM)	1921-1931 (extinto)	Mundurucu, Maués
RIO GREGÓRIO (Riozinho do Penedo)	Médio Rio Juruá	(João Pessoa) (AM) São Felipe	1925-1931 (ativo)	Kanamari, Kulina, Bendiapá, Jaminawa, Kaxinawa,

				Katuquina, Paraná, Tauari, Jamamadi, Katauixi
RIO UAUPÉS (Iauaretê-Cachoeira)	Alto Rio Uaupés	São Gabriel (AM)	1926-1931 (ativo)	Tariana, Maku, Wanana, inúmeros grupos "Tapuia"
CAPITÃO PORTÁTIL (PI de pacificação)	Rio Maici-Mirim	Manicoré (AM)	1921-1931 (extinto)	Parintintin
RIO IPIXUNA (PI indígena de pacificação)	Médio Rio Ipixuna	Manicoré (AM)	1926-1931 (ativo)	Parintintin
ALTO RIO IPIXUNA (subposto de pacificação)	Alto Rio Ipixuna	Manicoré (AM)	1926-1931 (extinto)	Parintintin
CANAVAL (subposto de pacificação)	Baixo Rio Ipixuna	Manicoré (AM)	1926-1931 (extinto)	Parintintin
RIO Paporí (subposto)	Alto Rio Paporí	São Gabriel (AM)	1929-1931 (ativo)	Tariana, Tucano, Carapanã e Pira-Tapuia
RIO QUERARÍ	Foz do Rio Querarí	São Gabriel (AM)	1929-1931 (ativo)	
LARANJAL	Rio Mari-Mari	Borba (AM)	1929-1931 (ativo)	Mundurucu
LAGO DA JOSEFA	Lago da Josefa	Borba (AM)	1928-1931 (ativo)	Mura e Torá (Turá)
RIO CAMANAÚ (PI de Vigilância)	Rio Camanaú	Moura (AM)	1928-1931 (extinto)	
Entrepasto indígena de BOA VISTA	Boa Vista	Boa Vista do Rio Branco (AM)	1922-1931 (extinto)	
Entrepasto indígena de SÃO GABRIEL	São Gabriel	São Gabriel (AM)	1928-1931 (ativo)	Vários grupos

Quadro 1 – Postos Indígenas da IR1.

FONTE: FREIRE, 2007.

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Descrição	Ago 2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2012	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Análise e revisão do projeto	R	R	R	R	R							
Pesquisa documental		R	R	R	R	R	R	R	R	R		
Análise e crítica dos dados			R	R	R	R	R	R	R	R		
Redação do relatório Parcial					R	R						
Redação do relatório Final										R	R	
Elaboração do resumo e relatório final											R	
Preparação da apresentação final												X